



DIÁRIO

da Assembleia da República

XVI LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2024-2025)

SESSÃO SOLENE EVOCATIVA DO 25 DE NOVEMBRO DE 1975

REUNIÃO DE 25 DE NOVEMBRO DE 2024

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Jorge Paulo da Silva Oliveira](#)
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)
[Gabriel Sérgio Mithá Ribeiro](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

SUMÁRIO

Às 11 horas, entrou na Sala das Sessões o cortejo em que se integravam o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República — que saudaram, com uma vénia, os membros do Corpo Diplomático presentes —, o Primeiro-Ministro, os Secretários da Mesa da Assembleia da República, a Secretária-Geral da Assembleia da República, o Chefe do Protocolo do Estado, o Chefe da Casa Militar do Presidente da República, o Chefe do Gabinete do Presidente da Assembleia da República, o Chefe da Casa Civil do

Presidente da República e a Diretora de Relações Internacionais, Públicas e Protocolo da Assembleia da República.

No Hemiciclo, encontravam-se já, além dos Deputados, os Ministros.

Encontravam-se ainda presentes:

Na Tribuna A, a mulher do Primeiro-Ministro, Dr.^a Carla Montenegro, os antigos Presidentes da República António Ramalho Eanes e mulher, Dr.^a Manuela Eanes, e Aníbal

Cavaco Silva, e o Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, D. José Ornelas Carvalho;

Na Galeria I, o Corpo Diplomático;

Na Galeria II, os Presidentes do Tribunal Constitucional, do Supremo Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Administrativo, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o Procurador-Geral da República, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, a Provedora de Justiça, os Representantes da República para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, a representante do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, a Conselheira de Estado Maria Leonor Beleza, os Chefes dos Estados-Maiores da Força Aérea e do Exército e o representante do Chefe do Estado-Maior da Armada, o Presidente do Conselho Económico e Social, o Presidente da Associação Nacional de Freguesias, os Juizes Conselheiros do Tribunal Constitucional Carlos Carvalho, Dora Lucas Neto, Joana Maria Rebelo Fernandes Costa, José Eduardo Figueiredo Dias, o Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, o Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública, o Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a representante da Direção da Associação dos Ex-Deputados da Assembleia da República, o representante do Presidente da Associação Salgueiro Maia, o Deputado ao Parlamento Europeu Hélder Sousa Silva, a Comissária Executiva da Comissão Comemorativa dos 50 anos do 25 de Abril, o Presidente do Conselho dos Julgados de Paz, o Presidente do Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal, o representante da Presidente do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa, o Presidente da Comissão Nacional de Eleições, a Presidente da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, o representante da Presidente da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, a Presidente do Mecanismo Nacional da Implementação dos Direitos das Pessoas com Deficiência, o representante da Presidente da Comissão Independente de acompanhamento e fiscalização das Medidas Especiais de

Contratação Pública, o 2.º Comandante Operacional das Forças Armadas, o Chefe do Estado-Maior Conjunto, o Comandante Aéreo, o Comandante das Forças Terrestres, o representante do Presidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, o representante do Presidente da Confederação dos Agricultores de Portugal, a representante do Secretário-Geral da UGT, o representante da Direção da Associação de Deficientes das Forças Armadas e o Patriarca de Lisboa;

Na Galeria III, Secretários de Estado, o Secretário-Geral Adjunto do Sistema de Segurança Interna, a Secretária-Geral do Sistema de Informações da República e outras individualidades convidadas;

Nas Galerias IV a VI, público convidado;

Na Tribuna C, os Adjuntos da Secretária-Geral da Assembleia da República, os Assessores do Presidente da Assembleia da República e os Chefes de Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares, dos Grupos Parlamentares e da Deputada única representante de um partido;

Na Tribuna D, os representantes dos órgãos de comunicação social.

Constituída a Mesa, na qual o Presidente da República tomou lugar à direita do Presidente da Assembleia da República, a Banda da Guarda Nacional Republicana, colocada nos Passos Perdidos, executou o hino nacional, que foi cantado, de pé, pelos presentes.

Seguiram-se os discursos dos Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paulo Núncio](#) (CDS-PP), [Filipa Pinto](#) (L), [Joana Mortágua](#) (BE), [Rui Rocha](#) (IL), [André Ventura](#) (CH), [Pedro Delgado Alves](#) (PS) e [Miguel Guimarães](#) (PSD), do Presidente da Assembleia da República e do Presidente da República (Marcelo Rebelo de Sousa).

A sessão foi encerrada eram 12 horas e 47 minutos, tendo a Banda da Guarda Nacional Republicana executado, de novo, o hino nacional, que foi cantado e aplaudido, de pé, pelos presentes.

Após ter sido constituída a Mesa, a Banda da Guarda Nacional Republicana, colocada nos Passos Perdidos, executou o hino nacional, que foi cantado, de pé, pelos presentes.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, declaro aberta esta sessão solene de celebração do 25 de Novembro de 1975.

Eram 11 horas e 3 minutos.

Para uma intervenção, vou dar a palavra à Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Ex.^{mo} Sr. Presidente da República, Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Ilustres Entidades, Altas Autoridades, Distintos Convidados, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Gostaria hoje de começar por lembrar e honrar a memória de Celeste Caeiro, a mulher que fez de Abril a Revolução dos Cravos e que perdemos recentemente, mas cujo legado teremos de perpetuar também nesta Assembleia.

Aplausos do PSD, do PS, da IL, do BE e do L.

Neste 25 de novembro, gostaria de lembrar que o PAN sempre defendeu que é no dia 25 de abril que deve caber a celebração de todos os momentos marcantes da Revolução, das suas conquistas como um todo e em toda a sua complexidade, incluindo o dia 25 de Novembro de 1975, em que o País seguiu, definitivamente, a via da democracia pluralista. Mas também o 27 de abril de 1974, em que se libertaram os presos políticos, o dia 12 de junho de 1974, data do diploma que permitiu que as mulheres pudessem ser magistradas, ou o dia 27 de agosto de 1974, data em que se consagrou o direito à greve, ou até mesmo o dia 15 de novembro de 1974, data do primeiro diploma legal que reconheceu o sufrágio universal e o direito de voto das mulheres em Portugal.

Há precisamente 49 anos, nesta data, o País estava entrincheirado, completamente dividido ao meio, com dois lados que pareciam inconciliáveis e à beira de uma guerra civil. Mas, ainda assim, eram dois lados que em apenas quatro meses conseguiram pôr de parte as suas diferenças e convergir na aprovação, a 2 de abril de 1976, da Constituição que assegurou um Estado de direito democrático profundamente empenhado no respeito pelos direitos fundamentais.

Hoje, Senhoras e Senhores, olhamos para esta Sala e vemos novamente trincheiras erguidas: trincheiras entre os que dizem que não traem Abril e aqueles que usam Novembro para fazer contas com Abril; trincheiras fúteis que não dignificam a memória dos Capitães de Abril, a quem cumprimento também, que não honram a memória das pessoas que construíram Abril nas ruas, nas empresas, nos campos, na Assembleia Constituinte — os memoráveis, como lhes chamou Lídia Jorge! —; trincheiras fúteis que, no final do dia, não resolvem um só problema das pessoas ou do País.

Hoje, olhamos para esta Sala e vemos que o que deveria ser de elementar bom senso num Estado de direito democrático maduro como o nosso, deixou de o ser. Vemos, inclusivamente, tentativas de corrosão, de divisão, inclusive dentro de partidos do arco democrático, que, perante as diferenças, ao invés de reforçar a capacidade de fazer pontos facilmente vacila e se enreda nas teias do populismo e da extrema-direita.

Senhoras e Senhores, volvidos 50 anos do 25 de Abril e 49 do 25 de Novembro, é com preocupação que vemos um Parlamento onde o combate às alterações climáticas, os direitos das pessoas LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, transgénero e intersexo),...

Vozes do CH: — Eh...!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... os direitos das mulheres a tomarem decisões sobre o seu corpo, o cumprimento dos objetivos sustentáveis ou a proteção dos direitos dos animais deixaram de ser temas consensuais para passarem a ser temas fraturantes, levemente rotulados como ideias wokistas ou marxismo cultural.

Como se à data de hoje não houvesse ainda revoluções por cumprir, num país marcado pelo flagelo da violência doméstica, precisamente neste dia em que assinalamos o Dia Internacional para a Eliminação da

Violência Contra Mulheres e onde só, recentemente, se reconheceram os crimes hediondos praticados contra crianças, onde continuamos a ter idosos em pobreza extrema, onde vemos a fatura climática, que vamos deixar às gerações mais novas, aumentar de dia para dia e onde o abandono e os maus tratos não dão tréguas aos animais.

Senhoras e Senhores, não podemos ter dúvidas nas questões de bom senso e de decência democrática.

A resposta à ameaça dos valores em 1974, em 1975 ou em 1976, e por aí adiante, que se procurou conquistar não pode ser ser-se ainda mais extremista do que os extremistas ou voltar às costas a Abril ou a Novembro.

Se queremos deixar um País maior às futuras gerações, hoje, mais do que nunca, é essencial que o campo democrático não vacile e saia das trincheiras, que seja capaz de recuperar a capacidade de fazer pontes em defesa do bem comum, dos valores humanitários, onde se inclui o respeito por todos, incluindo pelos animais, e, sobretudo, pelo Estado de direito democrático, que, em todo e qualquer momento, tal como em 25 de Novembro de 1975, sejamos capazes, por isso mesmo, de fazer florir novamente Abril.

Aplausos do PS e do L.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e restantes Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Ex.^{mos} Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Com o 25 de Abril ganhámos a liberdade; com o 25 de Novembro evitámos que a liberdade se perdesse.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — No 25 de Abril caiu um regime autoritário e sem soluções internas e externas; no 25 de Novembro caiu a tentativa de um novo autoritarismo com soluções condenadas pela História.

O 25 de Abril deu-nos eleições livres e um regime plural de partidos e opiniões; o 25 de Novembro resgatou o plano inicial da democratização e nenhuma opinião foi proibida e nenhum partido foi ilegalizado.

Numa palavra: o 25 de Abril abriu um caminho e o 25 de Novembro impediu que esse caminho se fechasse.

Aplausos do CDS-PP, do PSD e da IL.

O que hoje celebramos não é uma contrarrevolução, muito menos uma restauração. O que hoje celebramos é a coerência do 25 de Novembro com o 25 de Abril. E não se enganem: celebramos o direito de todas as forças políticas estarem aqui, por vontade do povo, mesmo aquelas forças políticas que decidiram não estar aqui hoje na sessão solene evocativa do 25 de Novembro.

Aplausos do CDS-PP, do PSD e da IL.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Hoje é um dia com história. O CDS sempre defendeu a comemoração do 25 de Novembro e desde o ano 2000, há mais de 24 anos, que propõe e defende neste Parlamento o reconhecimento e a celebração solene dessa data. É, pois, com sentido de dever cumprido que participamos hoje nesta sessão solene que propusemos.

O 25 de Novembro pôs termo a uma deriva extremista e sem apoio popular e permitiu que a etapa final da transição para uma democracia parlamentar acontecesse.

Da eleição de 25 de Abril de 1976 sairia o primeiro Governo escolhido por todos os portugueses em mais de cinco décadas. Para isso se fez o 25 de Abril. Mas pergunto: teríamos chegado à escolha deste Governo por voto popular sem o 25 de Novembro? Seguramente que não!

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A relevância nacional do 25 de Novembro para a história da nossa democracia só é compreensível à luz da radicalização extrema a partir do 11 de março. Na verdade, o PREC (Processo Revolucionário em Curso) foi, no Verão Quente de 1975, uma tentativa coerciva, autoritária e radical das forças extremistas, entre as quais o PCP, a extrema-esquerda e os seus braços armados, para se

apropriarem da Revolução. Nada disso, antes pelo contrário, tinha sido autorizado pelos eleitores nas eleições constituintes.

Durante oito meses, no auge de uma deriva sectária, radical e marxista, do chamado gonçalvismo, os valores mais básicos da liberdade e da democracia estiveram sob ataque: ataque à liberdade de consciência, com o regresso de presos políticos por delito de opinião; ataque à liberdade política e parlamentar, com o cerco à Assembleia Constituinte e o sequestro de Deputados legitimamente eleitos; ataque à liberdade partidária, com congressos cercados e sedes vandalizadas; ataque à liberdade de imprensa, com o saneamento político de centenas de jornalistas; ataque à liberdade económica, com as nacionalizações e as ocupações selvagens; e, por fim, ataque à própria liberdade democrática e à transição pacífica, com o País à beira de uma guerra civil.

Sr. Presidente, 49 anos depois, teremos a obrigação de dizer às novas gerações, hoje aqui representadas pelas associações académicas de todo o País, que só com o 25 de Novembro a democracia e a liberdade saíram definitivamente vencedoras em Portugal. É, por isso, inteiramente verdade que o 25 de Novembro completa o 25 de Abril.

Por isso, neste dia, quero saudar e homenagear o General Ramalho Eanes aqui presente.

Aplausos do CDS-PP, do PSD, do PS, do CH, da IL, do L e do PAN, de pé.

Quero homenagear o General Ramalho Eanes, mas também o já falecido General Pires Veloso e o Major-General Jaime Neves, cujos familiares também estão nesta cerimónia.

Aplausos do CDS-PP, do PSD, do CH e da IL, de pé, do PS, do L e do PAN.

O País deve-lhes muito. Os portugueses devem-lhes muito. Esta Câmara deve-lhes muito. Muito obrigado pela coragem e pelo serviço a Portugal.

Nas suas pessoas, homenageio também as Forças Armadas e o papel fundamental que tiveram na liberdade e na transição portuguesa para a democracia.

Também não esqueceremos o Regimento dos Comandos, em particular os dois militares que morreram nesses dias, o Tenente José Coimbra e o Furriel Miliciano Joaquim Pires. Hoje, em homenagem a estes e a todos os Comandos, agradecemos o patriotismo e o sentido de missão no dia 25 de Novembro de 1975.

O País nunca os esquecerá!

Aplausos do CDS-PP, do PSD, do CH e da IL, de pé, e do PS.

Sr. Presidente, termino como comecei: para nós, é óbvio que Novembro não se fez contra Abril; Novembro fez-se contra a apropriação ilegítima de Abril. A ausência de alguns não traz qualquer novidade, pois são aqueles que nunca acreditaram, verdadeiramente, numa democracia parlamentar em Portugal e que acharam sempre que, em Portugal, nunca haveria de haver uma democracia como as que conhecemos na Europa ocidental.

Quero ainda recordar o papel destacado das lideranças políticas democráticas que resistiram heroicamente ao PREC: do CDS com Freitas do Amaral, do PSD com Francisco Sá Carneiro e do PS com Mário Soares.

Aplausos do CDS-PP, do PSD, do PS, da IL e do PAN.

Recordo o papel maior deste último, por exemplo, nesse extraordinário momento de levantamento cívico que foi o Comício da Fonte Luminosa.

Aplausos do CDS-PP, do PSD, do PS, da IL, do L e do PAN.

Termino, com o 25 de Novembro ganhou a democracia e ganhou a liberdade. Foi um dia de enorme esperança para os portugueses, por isto, neste dia solene, eu digo: viva a liberdade! Viva a democracia! Viva o 25 de Novembro.

Aplausos do CDS-PP, de pé, do PSD e da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou agora a palavra à Sr.^a Deputada Filipa Pinto, do Livre.

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr. Primeiro-Ministro, Ex.^{mos} Representantes dos Tribunais, das Chefias Militares e demais Dignitários: Permitam-me que saúde particularmente o Sr. Ex-Presidente da República, General Ramalho Eanes.

Aplausos do L, do PSD e do PS.

Sr.^{as} e Srs. Deputados: Uma coisa é ter respeito pelo 25 de Novembro; outra coisa, muito diferente, é ter respeito por aquilo que estão a querer fazer ao 25 de Novembro. O que alguns estão a tentar fazer ao 25 de Novembro não demonstra verdadeiro respeito nem pela data, nem pela verdade histórica, nem, sobretudo, pela importância fundadora do 25 de Abril para Portugal e não só.

A história adulterada não pode ser uma arma de arremesso político. Há 49 anos evitou-se uma guerra civil, não pela mão dos herdeiros do fascismo, mas, sim, pela mão de quem nos trouxe a liberdade.

Aplausos do L e do PS.

A mais bela revolução do mundo aconteceu em Abril de 1974, em Portugal. Foi a revolução que acabou com 48 anos de opressão, de medo, de direitos desiguais, que acabou com uma guerra inútil e injusta que matou milhares de jovens de dois continentes e muitas mais pessoas em três cenários de guerra.

Foi essa revolução que Celeste Caieiro tornou a Revolução dos Cravos.

Aplausos do L, do PSD, do PS e do PAN.

Foi nesse momento que Portugal abraçou a liberdade, a democracia e a paz; foi nesse momento que se deu o fim do ciclo colonial e se deu o início de um ciclo europeu; foi nesse momento que começou esta caminhada pela igualdade que todos os dias se constrói neste País.

Foi por causa de Abril que, em novembro, não no novembro de há 49 anos, mas no de há 50, a 15 de novembro de 1974, se instituiu o voto universal em eleições livres e que, finalmente, todas as mulheres portuguesas passaram a ter direito a votar,...

Aplausos do L, e de Deputados do PSD e da IL.

... fossem casadas ou solteiras, tivessem ou não um curso, soubessem ou não ler.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — E o PREC?!

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Esta data, que fez 50 anos há 10 dias, é que nos deveria ter juntado numa sessão solene, e juntará por proposta do Livre.

Aplausos do L e de Deputados do PS.

A igualdade constrói-se todos os dias, mas estamos ainda longe. Hoje, 25 de novembro, é Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres.

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Muito bem!

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Esta violência que condiciona a nossa liberdade. Devíamos estar aqui, em unísono, a dizer do alto desta tribuna que é tempo de parar a violência, o machismo, a desigualdade, a opressão que só este ano já matou 25 de nós, e o ano ainda não terminou.

Aplausos do L, do PS e de Deputados do PSD.

O 25 de Novembro que temos de assinalar todos os anos é este: o da luta contra a violência de género, da luta diária contínua que as mulheres em toda a sua diversidade e as pessoas trans e não binárias travam para pôr fim à violência que as mata.

Aplausos do L e do PS.

Protestos do CH.

O nosso agradecimento às associações presentes nas galerias e pelo País e às pessoas ativistas que todos os dias lutam pelo fim de todas as formas de violência contra as mulheres. Juntamos daqui a nossa voz à vossa e dizemos que é tempo de pôr um fim à violência.

Dizemos não à violência doméstica, à violência sexual, ao assédio, à mutilação genital, à esterilização forçada.

Dizemos não à tentativa de controlarem as nossas identidades e os nossos corpos, a nossa autodeterminação e os nossos direitos sexuais e reprodutivos.

Aplausos do L e do PS.

Estou hoje aqui a falar neste Hemiciclo com toda a segurança e sem medo,...

Aplausos do L e do PS.

Vozes do CH: — Oh...!

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — ... porque houve o 25 de Abril e porque tantas mulheres e tantos e tantas feministas lutaram e lutam pela igualdade.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Cortem-lhe o pio!

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Foi o 25 de Abril que abriu as portas a tantas datas marcantes na nossa história. Há 49 anos houve mais um dia que nos encaminhou para a democracia. Cumprem-se hoje 49 anos que os portugueses disseram pela voz de homens como Ramalho Eanes, Vasco Lourenço, Mário Soares, Melo Antunes, entre muitos outros, que não aceitavam levar o País para a guerra civil.

É com muita tristeza que hoje vemos a usurpação e o aproveitamento desta data por esta direita do século XXI.

Aplausos do L e do PS.

Protestos do CH.

Porque quem conseguiu encontrar o ponto de equilíbrio para os anos futuros do País, em que se assegurou uma Constituição de cunho social e um Portugal sem retrocessos nem autoritarismos, não foi essa direita, foi, acima de tudo, uma esquerda democrática, pluralista...

Aplausos do L e do PS.

Protestos do CH.

... e pró-europeia na qual nos revemos e que não merecia a indignidade de ser usada em mais uma guerra cultural desonesta.

Aplausos do L e do PS.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Tem vergonha!

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Querem comemorar outras conquistas dessa mesma orientação? Comemorem a consagração da Declaração Universal de Direitos Humanos, na Constituição de 1976, ou o pedido de adesão à Convenção Europeia de Direitos Humanos, a 19 de agosto do mesmo ano.

A alguns, essas conquistas não interessarão, porque não servem propostos de pequena política, mas o Livre estará aqui para as lembrar e para garantir como, com o direito de voto universal, elas terão a homenagem devida.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Mas o que é o Livre!?

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Viva o 25 de Abril! Viva a liberdade! Viva o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres.

Vozes do CH: — Estás carregada de ódio!

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Concretizemos o 25 de Abril, lutemos contra todas as formas de violência, com um cravo na mão e por um País livre e com futuro.

Aplausos do L, de pé, e do PS.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente:** — Vou dar a palavra à Sr.^a Deputada Joana Mortágua, do Bloco de Esquerda, para fazer a sua intervenção.

Protestos do CH.

Sr.^a Deputada, espere um bocadinho, se faz favor, para os ânimos voltarem ao nível normal.
Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Portugal despertou do pesadelo da ditadura no dia 25 de Abril de 1974 e um ano e meio depois, no dia 26 de novembro de 1975, o horizonte do País continuava a escrever-se em três palavras — liberdade, democracia, socialismo.

As palavras que a Revolução escreveu, o 25 de Abril não apagou. A democracia, as liberdades individuais e coletivas, a liberdade de expressão, o pluralismo partidário, a liberdade de reunião, os direitos sindicais, a liberdade sindical, o direito ao voto, tudo isso nasceu do 25 de Abril. Nada disso devemos ao 25 de Novembro.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — E o assalto aos bancos? E ao *Santa Maria*?

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Quem ainda hoje repete a velha ladainha de que o 25 de Abril não deu aos portugueses a verdadeira liberdade, bem pode vir a apresentar-se como herdeiro de Novembro, mas é na verdade um derrotado de Abril.

A atual mistificação sobre o significado histórico do 25 de Novembro é uma manobra dos derrotados de Abril,...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Nota-se!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — ... daqueles que, como lembrou o ex-líder parlamentar do PSD, Pacheco Pereira, em 1974 e 1975 eram partidários da ditadura que oprimiu os portugueses.

Protestos do CH.

Quem quer diminuir o 25 de Abril só convoca os saudosistas de 24.

Protestos do CH.

A celebração do 25 de Novembro é a tentativa de esvaziar o conteúdo revolucionário e popular do 25 de Abril.

Apresentar o 25 de Abril como uma mera conquista da democracia formal é pintar o processo revolucionário como um desvio a essa suposta intenção original. Mas foi o processo revolucionário que lançou à terra aquilo que somos: Portugal. O Portugal da democracia e dos direitos sociais foi o 25 de Abril que o iniciou.

O 25 de Abril foi um grito do povo contra o fascismo. Um povo que ganhou consciência de que a ditadura era também o poder de uma pequena elite económica.

Protestos do CH.

O processo revolucionário português tem como resultado imediato a liberdade e o resultado da liberdade foi a revolução popular.

O 25 de Abril fez-se contra a guerra, contra o colonialismo, contra o imperialismo, mas também contra o latifúndio, contra o monopólio. Fez-se contra um regime político, mas também contra um sistema económico de opressão.

A história de um povo é mais forte do que as vinganças políticas de qualquer facção. Não estava escrito que o derrube do ditador levaria a um processo revolucionário popular de massas, mas foi isso que aconteceu. Foi o povo quem acabou com a polícia política e com a censura e quem exigiu a justiça nas relações historicamente iníquas entre capital e trabalho. Foi o povo quem conquistou as liberdades públicas e sindicais e o direito à greve, quem fez a reforma agrária,...

Vozes do CH: — Ladrões!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — ... ou, como escreveu Sérgio Godinho, quem atribuiu «[...] o nome revolução (...) a um tractor assim usado / a um braço assim estendido / entre o futuro e o passado [...]».

Vozes do CH: — Foi bonita a festa!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Abril foi tomado pelo povo, esse novo protagonista da nossa história que logo iniciou a substituição da ordem social instalada.

Protestos de Deputados do CH.

Foi isso a Revolução! Ou, nas palavras de Fernando Rosas, «um levantamento popular vindo de baixo, do âmago da condição social dos que nunca tinham tido voz e entravam tumultuosamente na história».

Depois do 25 de Novembro, foi aprovada, nesta Sala, uma Constituição em nome do socialismo e alguns dos atuais pretendentes a herdeiros de Novembro até votaram contra essa Constituição.

Vozes do CH: — E bem!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Perderam! E porque perderam, consagraram-se os direitos democráticos, sociais, económicos e um Estado organizado para os garantir.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o 25 de Novembro foi o que foi e não vale a pena fazer contra-história. Inventar um passado alternativo para Portugal serve apenas a mitologia de uma certa direita que pretende normalizar o regime social do Estado Novo através da diabolização do PREC.

Podem repetir a vossa lenda sobre o 25 de Novembro e nós continuaremos a responder com a história do 25 de Abril e com o texto da Constituição.

Protestos do CH.

Essa mesma, a Constituição que consagrou a apropriação coletiva dos principais meios de produção, a irreversibilidade das nacionalizações, a reforma agrária e a eliminação dos latifúndios, o apoio do Estado às experiências de autogestão e o direito universal à segurança social.

Protestos do CH.

Sim, a Constituição de 1976, em cujo preâmbulo se nomeia o 25 de Abril e a revolução como fontes indiscutíveis — as fontes indiscutíveis! — da democracia em Portugal e onde, claro está, nunca houve qualquer referência ao 25 de Novembro, porque semelhante disparate sequer passaria pela cabeça de nenhum dos partidos que fundaram a democracia portuguesa.

Protestos do CH.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, passaram 49 anos durante os quais nenhuma maioria parlamentar — nenhuma maioria parlamentar — se lembrou de perturbar essa saudável inexistência.

Vozes do CH: — Agradece ao Chega!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — Até chegarmos a esta sessão: um disparate que revela a deplorável disponibilidade do PSD para ceder às extremas-direitas.

Aplausos do PS e do L.

Protestos do CH.

Esta sessão e as que se realizarem nos próximos dois ou três anos serão lembradas, no futuro, como um momento folclórico de um tempo bizarro em que o PSD e a extrema-direita se aliaram no revisionismo histórico, num exercício espúrio e sem duração na memória do País.

Protestos do CH.

Cá estaremos...

Vozes do CH: — Não, não!

A Sr.^a **Joana Mortágua** (BE): — ... quando chegar o dia de voltar a chamar a nossa democracia pelo seu único nome: Abril.

Nesse dia, uma outra maioria acabará com este solene disparate.

Protestos do CH.

O Bloco de Esquerda cá estará nesse dia,...

Protestos do CH.

... para isto e para tudo o resto.

Viva o socialismo! Fascismo nunca mais! Viva a Revolução! 25 de Abril, sempre!

Aplausos do PS e do L.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Rui Rocha, da Iniciativa Liberal, para a sua intervenção.

Protestos do CH.

Srs. Deputados, vai usar da palavra o Sr. Deputado Rui Rocha, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente. Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Excelentíssimos Convidados: Feliz 25 de Novembro!

Esta cerimónia solene, que hoje aqui celebramos, marca um momento decisivo no caminho para a afirmação da democracia em Portugal. Temos falado muito de consensos. Houve quem dissesse que o 25 de Novembro não devia ser assinalado, porque não é consensual.

Ramalho Eanes e Mário Soares não procuraram consensos com aqueles que não amavam a liberdade, procuraram afirmar a visão de País, da democracia e da liberdade, e é isso que hoje aqui celebramos.

Aplausos da IL, do CDS-PP e de Deputados do PSD.

Esta cerimónia representa, assim, uma nova derrota daqueles que foram derrotados no 25 de Novembro. Uma nova derrota, sendo a primeira aquela que aconteceu em 25 de Abril de 1975, quando a deriva totalitária foi derrotada pelos portugueses nas urnas e, depois, novamente, em 25 de Novembro. Agora, sim — agora, sim! —, celebramos essa derrota dos totalitários. Foram precisos 48 anos para que esta cerimónia, alusiva ao 25 de Novembro, se pudesse celebrar. Foram precisos 49 anos e foram precisos 48 anos para derrotar a ditadura de Salazar.

Sr. Presidente, dizem alguns que o 25 de Novembro não é uma data consensual. Têm razão. De um lado estão os que amam a liberdade e a democracia, do outro estão os que promoveram as perseguições políticas, as prisões arbitrárias, a censura, a ocupação da imprensa livre, os saneamentos, a agressão à propriedade, os órgãos de soberania sitiados, os partidos políticos perseguidos, a violência e os mortos, o COPCON (Comando Operacional do Continente), o Conselho da Revolução, a democracia tutelada como passo intermédio para uma nova ditadura instalada, a ameaça da guerra civil.

Deixem-me dizer-vos uma coisa: por vezes, ouve-se dizer que o PCP teve um papel muito importante quando decidiu não envolver o País numa guerra civil. Srs. Deputados, ninguém tem direito à guerra civil, todos têm direito à democracia e todos tinham direito, naquele momento, à liberdade.

Aplausos da IL e do PSD.

A questão não é, portanto, se há ou não consenso, a questão é se, em nome do consenso, os democratas devem apagar-se, cedendo aos saudosos da deriva totalitária. A questão é saber se é aceitável reescrever a história, fazendo dos vencedores derrotados e dos derrotados vencedores.

Sr. Presidente, quando temos democratas de um lado e saudosistas do caminho do totalitarismo do outro, exigir consenso só tem um propósito: dar a vitória aos derrotados e pactuar com a versão da história que estes quiseram impor, apesar de terem perdido.

Resistir contra a tentativa de reescrever a história não é apenas um ato de decência e de honestidade intelectual, é também um contributo, uma inspiração, uma luz que ajuda a abrir o caminho para vencer outras lutas do presente. Também agora é preciso combater radicalismos em nome da liberdade, também agora é preciso combater aqueles que querem, uma e outra vez, manipular os factos.

A pós-modernidade trouxe o relativismo e o relativismo trouxe a suspeita generalizada face ao conceito de verdade. No reinado do relativismo, tudo pode ser verdade, mas a verdade é que quando tudo pode ser verdade, já nada é realmente verdadeiro.

Sr. Presidente, é a luz de Novembro que nos deve liderar no caminho para o combate contra as políticas identitárias. A teoria da justiça social, o wokismo, são derivas totalitárias que têm um propósito: enfiar todos em gavetas, dizer que uns são sempre oprimidos e outros são sempre opressores. É nessa luta que temos de confiar nos próximos anos, numa visão do indivíduo, do indivíduo no centro da política, da liberdade individual, como aquela que temos de preservar. Mas, essa luta estende-se também aos sinais do outro lado do espectro político que, com nacionalismos exacerbados, proteccionismos e isolacionismos, querem condenar-nos à mesma deriva totalitária.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — E as gavetas?!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Não somos as gavetas em que nos querem meter, somos a dignidade, a liberdade e a democracia que cada um de nós transporta desde o dia em que nasceu.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — És tão bacoco!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, quiseram limitar a nossa presença, a presença da Iniciativa Liberal, nas celebrações do 25 de Abril e nós descemos a Avenida da Liberdade.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — De mão dada com o Bloco!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Quiseram impedir o País de assinalar o 25 de Novembro e nós celebrámos sozinhos, até ao dia em que nesta Casa podemos dizer: viva a liberdade! Viva o 25 de Abril! Viva o 25 de Novembro! Contra o fascismo e contra o comunismo! Fascismo e comunismo, nunca mais!

Aplausos da IL, de pé, e do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Vou dar a palavra ao Sr. Deputado André Ventura, do Grupo Parlamentar do Chega. Faça favor.

Vozes do CH: — Agora ouçam!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Aprende como é que se faz, ó Rocha! Ouçam o que interessa!

Vozes do CH: — Chiu!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Convidados, Caros Concidadãos: «(...) Abril ofereceu-nos a liberdade, mas esqueceu-se de criar cidadãos.» A frase não é minha, nem do Chega, a frase é do General Ramalho Eanes, que eu saúdo, hoje, aqui nesta cerimónia.

Aplausos do CH, de pé, e de Deputados do PSD.

Abril esqueceu-se de criar cidadãos, mas soube criar muito nos meses que se seguiram: ocupação de terras, destruição de empresas, mandatos em branco que prenderam, fizeram fugir e criaram novos presos políticos nos meses seguintes a 25 de Abril de 1974, um País com medo da guerra civil, aos tiros, com políticos ameaçados todos os dias, alguns presos sequestrados e com o Parlamento sob sequestro.

Foi isto que criaram nos meses seguintes a 25 de Abril. Criaram um País «sem rei nem roque», um País que caminhava para uma ditadura soviética, com a pobreza dos soviéticos, com a pobreza que os comunistas sempre ofereceram ao mundo e, como não podia deixar de ser, também a Portugal.

Por isso, não temos dúvidas de que hoje, perante o País e nesta Assembleia, uma nova maioria permitiu que se dissesse que, sem esquecermos o 25 de Abril, este é o verdadeiro dia da liberdade de Portugal.

Aplausos do CH.

Por isso, com todos os agradecimentos que foram feitos e que saudamos, há um que merecia, e que merece, a nossa especial evocação por tantas vezes ter sido ignorado nesta Assembleia da República. Refiro-me ao Major-General Jaime Neves e àquela coragem final que teve e em que, mesmo correndo o risco de nova insurgência militar, levou a cabo, com coragem, a restauração dessa liberdade. Ao Major-General Jaime Neves, mas aos Comandos, a todos os nossos Comandos — a todos, sem exceção —, aos do passado e aos do presente, podemos dizer que devemos a democracia e agradecemos-lhes a democracia.

Aplausos do CH, de pé, e de Deputados do PSD.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, devemos falar também para muitos dos que estão em casa hoje e que se perguntam o que foi o 25 de Novembro, porque 49 anos depois, nós, que estávamos debaixo da ameaça de uma ditadura soviética, estamos hoje debaixo de uma nova ameaça real e fundamental ao nosso País: a ameaça da imigração descontrolada, da imigração que destrói o nosso País e retira a nossa identidade.

Hoje, celebramos o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, precisamente neste País em que só até setembro — só até setembro — 344 mulheres foram violadas, um número que já supera todo o ano passado em número de violações. Só que, como muitos destes crimes sexuais são cometidos por imigrantes, olhamos para o lado e não queremos saber disso.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Conosco, o espírito do 25 de Novembro será sempre o mesmo, a mesma luta, sem medo de dizer a verdade, doa a quem doer — doa a quem doer!

Aplausos do CH e de Deputados do PSD.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, 49 anos depois, o País enfrentava uma guerra civil, com a ameaça à sua segurança real e diária, com a perturbação diária da ordem pública por aqueles que não queriam a liberdade;...

Protestos da Deputada do BE Joana Mortágua.

... 49 anos depois, os bairros à volta de Lisboa e do Porto apresentam novas ameaças e novos desafios, com o País a preferir dar razão a bandidos do que às forças de segurança, com o País a estar ao lado de bandidos, como poderia ter estado, em vez de estar ao lado das forças de segurança e das forças da ordem.

Aplausos do CH.

Não ter medo do 25 de Novembro é também dizer nesta Câmara que nunca estaremos ao lado da bandidagem, estaremos ao lado das nossas forças de segurança e das nossas forças militares.

Aplausos do CH.

Há 49 anos, o País insurgia-se contra a ameaça de uma ditadura totalitária...

Pausa.

Alguns Srs. Deputados estão a sair. Podem sair da Sala que fica mais agradável ainda.

Aplausos do CH.

Podem sair todos, podem sair todos! Podem sair todos, podem sair todos!

Pois, hoje, o drama da corrupção volta a minar o Estado e volta a minar as estruturas principais do Estado, como naquela altura.

Hoje, a ameaça não é soviética nem da dilaceração do Estado pela ditadura soviética. Hoje é menos pelos corruptos e pela corrupção que Abril criou e que nós temos de limpar, doa a quem doer, e que temos de levar a cabo em Portugal, doa a quem doer.

Aplausos do CH.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, 49 anos depois do 25 de Novembro, lutámos contra os saneamentos de jornalistas e um País livre, e hoje temos tanta da nossa imprensa ainda sequestrada pelo que é o sistema central de interesses em Portugal.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Essa liberdade de censurar uns e passar outros, mesmo quando o povo sai à rua e diz 500 000, 600 000, 1 milhão, 1 milhão e 200 mil, insistem em fazer a velha censura que levaram a cabo.

Dizia, também, o General Ramalho Eanes que esta foi uma democracia que criámos fechada às elites, que se cooptam e reproduzem entre si. Tanta razão, tantas palavras certas. Criámos uma democracia elitista, em que os mesmos se sobrepõem nos negócios, na política e no círculo mediático, impedindo que aqueles que são governados tenham algum dia o momento de dizer: «Eu quero um País diferente, eu quero pegar num País diferente.»

Sim, nós não temos medo. Esta democracia não nos serve. Nós precisamos de uma melhor democracia em Portugal e não temos medo de o dizer aqui no Parlamento.

Aplausos do CH.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, talvez muitos tenham saído do direto agora mesmo,...

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

... mas era importante dizer ao País a verdade, porque a verdade vem sempre ao de cima quando se quer confrontar o sistema político.

Evocámos Mário Soares e evocámo-lo nesta Casa, que fará uma sessão solene, mas hoje, frente a frente com Portugal, também é o dia de perguntar: se homenagearmos Mário Soares, porque é que nunca homenageámos os milhares, as centenas de milhares de famílias dos ex-combatentes em Portugal, que lutaram por este País, que criaram o País que nós somos hoje e que merecem a nossa dignidade e que merecem o nosso carinho e merecem a nossa homenagem?

Aplausos do CH, de pé.

Se este Parlamento estivesse verdadeiramente preocupado não em refazer a história, mas em reencontrar a história, então, Sr. Presidente, tenho a certeza de uma coisa: eu sei que este Parlamento estaria hoje menos preocupado em aumentar, ou recuperar, os salários dos políticos...

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... e mais preocupado em devolver aos ex-combatentes e aos retornados a dignidade que este País nunca lhes deu — aos ex-combatentes e aos retornados a dignidade que este País nunca lhes deu.

Aplausos do CH.

Termino como comecei: com o País que queríamos, com o País derrotado no 25 de Novembro, mas com tudo o que falta ainda fazer — da economia à sociedade, da justiça aos direitos das mulheres e ao controlo da imigração —, o País que queremos construir precisa novamente desse espírito do 25 de Novembro: sem medo, porque a nossa democracia está em mudança permanente; sem medo, porque o povo português não se revê em cerimónias artificiais que já nada lhes dizem, nem nada lhes assombra; sem medo, porque nós queremos mesmo a mudança num País que caiu para os últimos e que quer voltar a ser dos primeiros.

Como dizia Jaime Neves, sobre a Guerra no Ultramar: «Era mesmo assim, quando nos mandavam limpar, nós limpávamos tudo.» Já começámos, vamos continuar!

Aplausos do CH, de pé.

O Sr. **Presidente:** — Obrigado, Sr. Deputado.
Para usar da palavra,...

Continuação dos aplausos do CH, de pé.

Para usar da palavra, o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, do Partido Socialista.

Pausa.

Vai usar da palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves. Faça favor.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente Ramalho Eanes, Sr. Presidente Cavaco Silva, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores, Militares de Abril e seus familiares, demais Autoridades Cíveis e Militares, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Permitam-me que comece por onde terminarei, com uma citação de Mário Soares sobre a data que hoje assinalamos: «O 25 de Novembro foi, obviamente, um ponto de viragem que marcou o fim da desfilada em que estávamos a correr para o abismo. Foi um recomeço, um regresso à pureza inicial do 25 de Abril, um rasgar de novos horizontes de esperança, com a consolidação da democracia pluralista, num ambiente político de convivência cívica, de alguma paz social e de concórdia nacional.»

A cerimónia de hoje deve convocar a Assembleia da República para um exercício sério de evocação de uma data central na construção da democracia, permitindo à comunidade que somos valorizar a memória dos acontecimentos da sua história e promover a concórdia a que Soares alude como conquista maior desse dia.

Ao fazê-lo, devemos recusar a opção de quem procura instrumentalizar ou reescrever o passado para alcançar ganhos efémeros no presente. Invariavelmente, quem o faz, falha no seu dever de respeito para com a memória de quem se bateu pela liberdade e rapidamente descobrirá que não retirará qualquer vantagem da quebra dessa concórdia nacional.

Aplausos do PS.

Encaremos este desafio respondendo às duas perguntas que hoje atravessam a cabeça de quem nos ouve: o que foi o 25 de Novembro e como o devemos assinalar no quadro da conquista da democracia e da liberdade.

Quanto à primeira questão, a sessão de hoje não tem por finalidade servir de oração de sapiência. Ainda que subsistam sobre o 25 de Novembro, como em relação a todos os eventos históricos complexos, interpretações divergentes, tantas quantos os intervenientes, sabemos diferenciar os factos das narrativas que não aderem a esses factos.

Pedindo emprestadas as felizes palavras das recentes memórias de Manuel Alegre, ao contrário do que alguns hoje invocam como *leitmotiv* de comemoração, «o 25 de Novembro não foi uma vitória da direita sobre a esquerda, foi uma vitória da esquerda democrática do Portugal de Abril, militar e civil, e de todos os que, de outros campos políticos, com ela se aliaram para derrotar a deriva radical e sectária e o aventureirismo equivocado que ameaçava a realização da democracia.»

Aplausos do PS, do L e do Deputado da IL Carlos Guimarães Pinto.

Para além disso, o 25 de Novembro não só repôs o espírito e o programa do 25 de Abril, como também impediu as tentações revanchistas da direita radical. É, aliás, nesse espírito conciliador e superador do conflito que se devem entender quer as palavras de Melo Antunes, no dia 26 de novembro, reconhecendo o papel insubstituível das forças à esquerda do PS para a construção da democracia, bem como a intransigência de Mário Soares em aceitar qualquer purga, qualquer leva de prisões, de que deu testemunho várias vezes ao longo da vida.

Os elementos da direita extremista e radical que pretendiam aproveitar para erradicar parte da esquerda da vida política nacional fazem, inequivocamente, parte dos derrotados.

Aplausos do PS e do PAN.

Hoje, a melhor forma de homenagear esta capacidade de ultrapassar as divisões é a de não reabrir as fraturas que, sabiamente, estas gerações fundadoras do regime democrático souberam superar, recusando revisionismos, vontades revanchistas ou provocações.

Chamados a assinalar a importância histórica do 25 de Novembro, começemos por agradecer aos seus verdadeiros construtores, aqueles a quem não faltou, em novembro, a firmeza na defesa do espírito libertador de Abril.

Do lado militar, a homenagem é devida à inteligência, pragmatismo e coragem de Ernesto Melo Antunes...

Aplausos do PS e do L.

... que, pela terceira vez depois do Programa do MFA (Movimento das Forças Armadas), do Programa de Política Económica e Social, contribuíra com o chamado «Documento dos Nove» para o desenho de uma clarificação moderada para a crise política que marcava o verão de 1975. Publicado a 7 de agosto e subscrito por si e por Vasco Lourenço, Pezarat Correia, Franco Charais, Canto e Castro, Costa Neves, Sousa e Castro, Vítor Alves e Vítor Crespo — ...

Aplausos do PS (de pé), do L e do PAN e do Deputado do PSD Francisco Pimentel.

... a eles e aos seus familiares presentes conosco, saudamos e agradecemos o seu serviço —, o documento que apresentaram evidenciava uma fratura no seio do MFA, cuja neutralidade queria restaurar, e afirmava a centralidade da democracia pluralista e dos direitos e liberdades fundamentais para a revolução portuguesa.

É igualmente o dia de saudar António Ramalho Eanes pela sua firmeza no planeamento e condução operacional, permitindo o desfecho favorável à estabilização e democratização do País.

Aplausos do PS, do PSD, da IL, do L, do CDS-PP e do PAN (de pé).

E será também o dia de, com justiça, reconhecer o papel do Presidente Costa Gomes nas decisões finais que evitaram a guerra civil, levando ao recuo, ou ao não avanço, de inúmeras unidades e participantes potenciais.

Aplausos do PS (de pé) e do L.

Estranha, incompreensível e injustamente, todos os nomes dos nove estão ausentes dos dois projetos de deliberação e das intervenções proferidas hoje pelos seus proponentes,...

Vozes do CH: — Claro!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — ... que promoveram a cerimónia em que agora participamos, calando muitos dos nomes que deveriam estar à cabeça da homenagem e desconsiderando opiniões qualificadas e os conselhos de intervenientes decisivos, como Vasco Lourenço ou a Associação 25 de Abril.

Aplausos do PS e do L.

Do lado civil, aqui reafirmamos, reivindicamos e proclamamos com orgulho, Mário Soares e o Partido Socialista foram determinantes, desde a primeira hora, para que prevalecesse o caminho em direção à democracia pluralista que hoje temos.

Aplausos do PS (de pé), do L e de Deputados do PSD.

Foi nesta luta que o PS, nascido na resistência à ditadura, se forjou como partido popular e se deu a conhecer como força política liderante perante o País, trazendo a consolidação da liberdade: na contestação vocal da unicidade sindical; na defesa intransigente da realização da eleição da Assembleia Constituinte, e da qual emergiu vitorioso e legitimado pelo voto livre e democrático dos portugueses; na reação firme à sua exclusão das comemorações do 1.º de Maio de 1975 ou perante a ocupação do jornal *República*; na reunião da solidariedade internacional democrática de países e partidos comprometidos com a liberdade; na mobilização popular, nas ruas, em defesa da democracia, do Norte ao Sul, culminando massivamente na Fonte Luminosa, em Lisboa; na determinação em sair dos governos provisórios radicalizados e na defesa da Assembleia Constituinte cercada; na construção das pontes para o Grupo dos Nove e liderando os partidos democráticos em defesa da democracia pluralista anunciada no Programa do MFA.

E porquê este longo discurso sobre os pergaminhos do Partido Socialista?

Protestos do Deputado do CH André Ventura.

Porque, ao contrário de alguns dos proponentes à direita desta cerimónia de hoje — que se arrogam a interpretação autêntica de um evento no qual marcaram presença pela discrição, pela ausência ou seguindo a linha traçada pelo PS —, o Partido Socialista tem a legitimidade e a autoridade histórica para recordar que precisamente por não rejeitar, por um instante que seja, o seu papel e a sua responsabilidade direta no sucesso do 25 de Novembro, a sua equiparação simbólica e cénica à comemoração da data fundadora do regime democrático é um caminho de reabertura de feridas há muito, e bem, saradas.

Aplausos do PS e do PAN.

Se o PS se conta entre aqueles que, inequivocamente, são reconhecidos como vencedores do dia 25 de Novembro, também se conta entre aqueles que compreenderam desde cedo, desde a primeira hora e até hoje, que a reconciliação nacional começava ali, de imediato, superada que estava a ameaça da guerra civil.

Mas não o dizemos sozinhos. Oiçamos o que sabiamente nos dizem Vasco Lourenço e a Associação 25 de Abril: «Os momentos-chave do percurso a caminho da consolidação democrática devem ser recordados e

evocados sem nunca admitirmos que qualquer deles se sobreponha ou pretenda a ser igual à comemoração do 25 de Abril.»

Revisitemos as palavras do General Ramalho Eanes, que sem nunca desvalorizar a importância do 25 de Novembro, soube sempre afirmar que o 25 de Abril foi único, foi fundador, é ele que concede a liberdade aos portugueses, é ele que devemos festejar e comemorar, acrescentando ainda que os momentos fraturantes não se comemoram, recordam-se, e recordam-se para refletir sobre eles.

Recordemos também os atos de Mário Soares, que, enquanto primeiro Presidente da República civil, em 60 anos — facto também marcante da normalização democrática, pondo fim à presença militar na chefia do Estado —, compreendeu que deixara de ser adequado assinalar, a 25 de novembro,...

Aplausos de Deputados do PS.

... em cerimónia militar no RALIS (Regimento de Artilharia Ligeira de Lisboa), a despolitização e a despartidarização das Forças Armadas. As feridas haviam sarado. Podíamos, enfim, celebrar Abril em união.

É por isso que esta decisão de assinalar uma data importante, atribuindo-lhe artificialmente a mesma dignidade e idêntica solenidade anual daquela que derrubou uma ditadura de 48 anos, que acabou com uma guerra injusta e irracional, que assegurou a independência de povos irmãos,...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — ... que devolveu as liberdades fundamentais aos portugueses e desencadeou a construção da democracia, não mereceu o nosso acordo.

Já a evocação, com solenidade devida, dos 50 anos do 25 de Novembro em 2025, conforme também proposto, teve o nosso voto favorável, precisamente porque reconhecemos e contribuímos ativamente no seu papel na caminhada para a democracia. Não será, pois, este reiterar anual de uma cerimónia que, até hoje, a Assembleia da República reserva à comemoração do 25 de Abril, não a estendendo, sequer, à proclamação da República ou à restauração da independência.

Como prometido, regresso a Mário Soares, a título de curiosidade, para refletir e encerrar sobre as escolhas em termos de memórias de grandes acontecimentos. Considerava Soares que houve cinco grandes datas marcantes na nossa Revolução: o próprio dia 25 de Abril; o dia 1 de Maio, com a ratificação popular da Revolução; as eleições para a Assembleia Constituinte, em 25 de abril de 1975, que legitimaram nas urnas o processo político iniciado um ano antes; o dia 2 de abril de 1976, com a aprovação da Constituição; e as primeiras eleições legislativas, em 25 de abril de 1976, que iniciaram o processo de normalização democrática. Todas, sem exceção, são datas que fomentam a união, a inclusão, a construção.

Aplausos do PS, do L e do PAN.

Durante 50 anos, em momento algum tivemos qualquer dúvida sobre o que é que devíamos valorizar, sobre o que é que devíamos construir como memória histórica. Não o façamos agora, não viremos Novembro contra Abril, porque Novembro não foi feito contra Abril.

O júízo derradeiro, contudo, não é nosso. A vitória de Abril, na memória coletiva dos portugueses, não advém das palavrosas intervenções como esta, de uma manhã parlamentar, cumprindo os nossos rituais tantas vezes herméticos. É através das palavras dos nossos poetas e dos versos que deixaram a Abril que este mês se tornou, para sempre, sinónimo de liberdade. Por muito que tentem forçar outra narrativa, não há poesia e poetas que consigam produzir para fazer valer esta ideia.

A madrugada inicial, inteira e limpa, que Sophia elevou a cântico da libertação do País; as portas, cuja abertura escancarada para o futuro Ary cantou; as sacerdotisas de Baco, convocadas por Natália, para comemorar com os portugueses tornados homens e, especialmente, mulheres, finalmente livres, cantam e continuarão a cantar Abril.

E assim — agora sim, por aqui termino —, recordando, nesta manhã de novembro, agora com as palavras exatas e precisas de Manuel Alegre,...

O Sr. **José Barreira Soares** (CH): — Manuel pouco alegre!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — ... o que, para tantos, devia ser óbvio: Abril é mesmo Abril: «Era um Abril de amigo Abril de trigo / Abril de trevo e trégua e vinho e húmus / Abril de novos ritmos novos rumos. / Era um Abril comigo Abril contigo / ainda só ardor e sem ardil / Abril sem adjetivo Abril de Abril. / Era um Abril na praça Abril de massas / era um Abril na rua Abril a rodos / Abril de sol que nasce para todos. / Abril de vinho e sonho em nossas taças / era um Abril de clava Abril em ato / em mil novecentos e setenta e quatro. / Era um Abril viril Abril tão bravo / Abril de boca a abrir-se Abril palavra / esse Abril em que Abril se libertava. / Era um Abril de clava Abril de cravo / Abril de mão na mão e sem fantasmas / esse Abril em que Abril floriu nas armas.»

Aplausos do PS (de pé), do L e do PAN.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou a palavra ao Sr. Deputado Miguel Guimarães, em representação do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Presidentes Ramalho Eanes e Aníbal Cavaco Silva, Sr. Primeiro-Ministro e Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Ilustres Convidados, permitam-me que os saúde na pessoa do Sr. General Ramalho Eanes, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Comemoramos hoje o 49.º aniversário do 25 de Novembro de 1975, uma data que selou e garantiu a liberdade conquistada pelo povo português em 25 de Abril de 1974.

O 25 de Novembro simboliza o triunfo da moderação sobre o extremismo. Por isso, é tão importante que celebremos hoje esta data, uma data que nos deve unir e não dividir, que nos recorda que a dignidade humana não é negociável, uma data que honra Portugal.

Se todos sabemos que o 25 de Abril libertou os portugueses de um regime autoritário antiparlamentarista, ninguém de boa-fé negará que foi o 25 de Novembro que nos possibilitou viver numa democracia liberal e pluralista, livrando-nos de uma democracia popular de inspiração marxista.

Aplausos da PSD e do CDS-PP.

É por isso que, ao contrário do que alguns poderão insinuar, comemorar o 25 de Novembro de 1975 não é para apoucar ou tentar diminuir o 25 de Abril de 1974,...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — ... propósito que seria, aliás, sempre absurdo e um exercício certamente condenado ao fracasso.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Não, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o 25 de Novembro não foi só mais uma data, uma data qualquer. Não, o 25 de Novembro de 1975 representou o termo do célebre PREC, o Processo Revolucionário em Curso, e permitiu aos portugueses o sonho tornar-se realidade. Ou, dito de outro modo, o 25 de Novembro possibilitou a concretização da verdadeira promessa da Revolução de Abril: a liberdade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Dizer o contrário é sustentar uma narrativa alternativa da história e seguir uma via que o País há muito rejeitou e abandonou. É certo que hoje, nesta sessão que une todos os democratas dignos desse nome, nem todos os representantes do povo português estão presentes nesta Assembleia — fazem mal! É que a democracia só existe verdadeiramente quando o povo tem uma liberdade de escolha real, sem censuras ou tutelas políticas.

Aplausos do PSD, do CDS-PP e do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

E essa liberdade foi-nos prometida a 25 de Abril, mas apenas salvaguardada com o 25 de Novembro.

Temos de ser claros: sem o 25 de Novembro não haveria pluralismo político em Portugal, nem direito à propriedade privada. Foi um momento de coragem, em que o papel de líderes como Ramalho Eanes, Pires Veloso, Jaime Neves, Melo Antunes e o Grupo dos Nove, Mário Soares ou Francisco Sá Carneiro, foi determinante na defesa de uma transição democrática pacífica, evitando totalitarismos e possíveis conflitos de civis.

Aplausos do PSD, do CDS-PP e do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

Estes e outros líderes ergueram-se para defender um Portugal de todos e para todos. Não tenhamos medo das palavras: como certamente denunciou Francisco Sá Carneiro, em 1975, o projeto político do PREC, o Processo Revolucionário em Curso, era o de instituir em Portugal um modelo de socialismo revolucionário marxista, que pretendia a transformação de um processo de democratização em processo revolucionário.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, a denúncia de Sá Carneiro pode, hoje, parecer estranha a alguns, quase bizarra, talvez, às novas gerações, que não viveram nesse tempo. Vale, por isso, a pena recordar hoje o dramático cerco que a extrema-esquerda fez, em 1975, ao I Congresso do CDS, que ocorreu na invicta cidade do Porto, mantendo largas centenas de pessoas reféns no Palácio de Cristal.

Aplausos do PSD, da IL e do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Vale também a pena recordar a notável ação de Mário Soares, que se destacou na liderança da rejeição da unicidade sindical e, principalmente, no célebre comício da Fonte Luminosa, este último em pleno verão quente de 1975.

Aplausos do PSD, da IL e do CDS-PP.

Recordemos ainda as nacionalizações, as ocupações, os inúmeros saneamentos, as prisões arbitrárias e mesmo os mandados de captura em branco do COPCON.

Aplausos do PSD, do CDS-PP e do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

Recordemos, finalmente, o cerco à Assembleia Constituinte, em que uma turba politicamente manipulada fez os Deputados reféns, nas próprias instalações deste Parlamento, onde estamos agora, a 12 de novembro de 1975, a escassas duas semanas — repito, a escassas duas semanas — do 25 de Novembro que hoje estamos a celebrar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — É bom ter memória e não esquecer a história, Sr.^{as} e Srs. Deputados. Termino, homenageando o Sr. General Ramalho Eanes, herói do 25 de Novembro e, na sua pessoa, todos os líderes do 25 de Novembro.

Aplausos do PSD, do CDS-PP (de pé), do PS, da IL, do L, do PAN e de Deputados do CH.

O Sr. General Ramalho Eanes, que ainda há dias partilhou um sentimento que a todos os portugueses deve convocar. Disse o Sr. General Ramalho Eanes: «Não percebo que estigmatizem o 25 de Novembro, porque este é a continuação do 25 de Abril.»

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Nas palavras hoje também proferidas pelo líder parlamentar do PSD, Hugo Soares: «O dia inicial inteiro e limpo», de Sophia de Mello Breyner, nunca seria uma realidade se não fosse o 25 de Novembro — o 25 de novembro cumpriu Abril.

Muito obrigado, Sr. General Ramalho Eanes, por ter protegido a liberdade e a democracia e nos ter devolvido a esperança de viver num mundo melhor, de viver num mundo sem medo. Muito obrigado.

Aplausos do PSD, do CDS-PP (de pé), da IL e de Deputados do CH.

O Sr. **Presidente:** — Muito obrigado, Sr. Deputado. E agora vou dar a palavra a mim próprio.

Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores, Srs. Presidentes António Ramalho Eanes e Aníbal Cavaco Silva, Autoridades Cíveis, Militares e Religiosas, Sr.^{as} e Srs. Embaixadores, Ilustres Convidadas e Convidados, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caras e Caros Concidadãos, Militares e Suas Famílias: Não vou ignorar a questão nem fazer de conta que ela não existe. Há quem tema que a cerimónia de hoje sirva para comparar datas e acontecimentos. Há quem tema que esta cerimónia sirva para desvalorizar o 25 de Abril, para o desconsiderar. Permitam-me a clareza: o 25 de Abril não é desvalorizável, não é equiparável, não é substituível.

Aplausos do PSD, da IL e do CDS-PP.

E assinalar o 25 de Novembro não é mais do que celebrar Abril e o que só Abril iniciou: a liberdade e o desejo de democracia. Liberdade e democracia que devem ser celebradas todos os dias. Hoje não é exceção, é até um dia maior para isso.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, em democracia, as diferenças contam. Trazemos para o debate público as nossas discordâncias, e é a partir delas que podemos construir juntos. Mas, às vezes, caímos no exagero. Seja por necessidade de afirmação ou por desejo de fácil mediatismo, focamos o debate político apenas no que nos separa. Temos mais palavras para o que está mal do que para o que está melhor. Preferimos, muitas vezes, discutir mais do que dialogar. Preferimos contestar a aplaudir, apontando, em vez de celebrar. E quase sempre de forma dramática, em tom dramático, como se o futuro da democracia disso dependesse.

Hoje é um excelente dia e um ótimo pretexto para tentar fazer o contrário. Não preciso de ser idealista ou romântico, basta ser objetivo.

Podemos discutir a publicidade na RTP (Rádio e Televisão de Portugal), mas já ninguém põe em causa a existência de órgãos de comunicação social privados ou a liberdade de imprensa, mas nem sempre foi assim.

Podemos discutir a descolonização e a herança da nossa presença em África, mas estamos de acordo quanto à importância da lusofonia para o futuro.

Podemos debater a falta de investimento no serviço público de saúde, mas já ninguém põe em causa a existência do SNS (Serviço Nacional de Saúde).

Podemos traçar linhas vermelhas na redução de 1 % do IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas), mas já não discutimos a economia de mercado e a liberdade de iniciativa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente:** — Podemos até discutir a cor dos boletins de vacina, mas ninguém contesta a premissa da igualdade entre homens e mulheres, a igualdade de direitos perante a lei.

Podemos discordar sobre muitos assuntos e até exagerar as discordâncias para consumo mediático, mas nenhum de nós advoga que os seus adversários políticos devam ser presos. Mas nem sempre foi assim. Nada disto era assim.

Em 1975, algumas das diferenças eram discutidas à bomba, literalmente. O medo era uma variável da ação e a coação física ou psicológica era uma ferramenta, como hoje se diz, para impor a vontade política, ainda que minoritária.

Vimos desse tempo em que algumas das ideias se tentavam impor pela força das armas, para o momento em que podemos debatê-las em liberdade — e aqui estamos.

Muitas vezes ouvimos dizer na rua, sobre determinados momentos passados das nossas vidas, «éramos felizes e não sabíamos». Não, Sr.^{as} e Srs. Deputados, hoje somos felizes e devemos saber isso. Que bom discutir a cor do boletim das vacinas, ou a publicidade na RTP, ou o 1 % no IRC.

Que bom, que privilégio, debater em liberdade o que nos separa, sem esquecer que o debate só é possível porque há um chão comum debaixo de nós, um chão comum que todos partilhamos e que permite que estejamos aqui. Não falo com idealismo ou romantismo, estou a ser objetivo: vejam de onde viemos, reparem onde chegámos. E só não vamos mais longe, em matérias como a reforma da justiça ou o sistema político, porque continuamos a olhar, apenas ou ainda demasiadas vezes, para o que nos separa, sem que isso sirva para construir com solidez o que carece de esforço unido.

Mudámos, evoluímos, enquanto partidos, enquanto políticos, em que me incluo, evoluímos enquanto País. Este nosso caminho histórico, este chão comum que construámos, só foi possível porque nos tornámos livres, porque pudemos escolher. É a grande conquista do 25 de Novembro: a reconciliação do País com o espírito originário e autêntico da liberdade nascida a 25 de Abril.

Aplausos do PSD, da IL e do CDS-PP.

Mas é também o maior legado político de Mário Soares e do Partido Socialista: esta liberdade, esta possibilidade de escolher. Digo-o como militante de outro partido, como admirador confesso de Francisco Sá Carneiro, político e estadista que tenho como referência e inspiração na ação cívica e política.

Aplausos do PSD, da IL e do CDS-PP.

Digo-o como Presidente desta Assembleia, mas digo-o, sobretudo, como português: o 25 de Novembro foi feito por militares, soldados, o 26 de novembro foi feito por políticos, com Mário Soares à cabeça,...

Aplausos do PSD, do PS e do CDS-PP.

... e no seu jeito único de quem fez uma vida inteira na política sem nunca ter tido como preocupação agradar a esta ou àquela facção, muitas vezes, até, nem mesmo à sua. Soares foi fixe.

Aplausos do PSD, do PS e do CDS-PP.

Soube identificar o que nos separava para construir o que nos unia — chama-se sensatez.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, não sou dado a revisionismos históricos. No dia 25 de Novembro tivemos mesmo vencidos e vencedores. Mas, poucos meses depois, estavam vencidos e vencedores sentados nesta mesma Assembleia, vencidos e vencedores que disputaram eleições, trocaram argumentos no Plenário, evoluíram nas suas ideias, com mais ou menos momentos de tensão, com mais ou menos discussões acaloradas ou debates inflamados.

O Parlamento substituiu a rua na legitimidade da formação da vontade política de todo um povo, que se revê nos seus representantes livremente escolhidos em eleições diretas e universais. É esse o País que celebramos hoje.

A todos os que agiram, com risco pessoal, para que isto fosse possível, o nosso obrigado.

A todos os que deram a vida pela liberdade, em qualquer um dos momentos fundadores da nossa democracia, e também antes dela, a nossa mais profunda homenagem.

A todos os que construíram o País do 26 de novembro, o nosso reconhecimento cívico.

Se somos felizes, a eles o devemos. Depende de nós não o estragarmos.

Aplausos do PSD, do CDS-PP (de pé), do PS, da IL e do PAN.

Dou a palavra a Sua Excelência o Sr. Presidente da República.

O Sr. **Presidente da República** (Marcelo Rebelo de Sousa): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr.^a e Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores, Sr. Presidente António Ramalho Eanes, Sr. Presidente Aníbal Cavaco Silva, Srs. Embaixadores, Ilustres Convidados, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Excelências, Portugueses: Permitam que, agradecendo o honroso convite da Assembleia da República para usar da palavra, partilhe com VV. Ex.^{as} algumas questões e ensaie respostas a que não é alheia a vivência inesquecível, incluindo como constituinte, dos anos 1974 a 1976.

Quem preparou o 25 de Abril? Os inúmeros combatentes contra a ditadura desde 1926, mais o regime que não soube nem entender nem antecipar o fim do Império e o fim da própria ditadura.

Quem fez o 25 de Abril? Os Capitães de Abril, então unidos no essencial e socorrendo-se, para a legitimação interna e externa acrescida, do prestígio de líderes militares, neles avultando os futuros Presidentes António de Spínola e Francisco da Costa Gomes.

O 25 de Abril foi um movimento militar ou uma revolução? Começou por ser um movimento militar, mas rápido se converteu em revolução, pela sua própria dinâmica, pelo apoio e mobilização de forças civis, até então proibidas e outras então emergentes, e pela adesão popular, esboçada no próprio dia 25 de Abril, simbolicamente acelerada no 1.^o de Maio, e fortíssima nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto e no sul do continente, e depois crescendo um pouco por todo o País.

Desde quando se estabeleceram as primeiras clivagens no movimento das Forças Armadas, expressão e a seguir estrutura organizadora que deu corpo ao Movimento dos Capitães? Durante o verão de 1974, o reviver e uma clivagem dos apoiantes do Presidente António de Spínola, desde antes da tentativa gorada de 16 de março, e outros sectores do MFA. Contou essa divisão com a equivalente divisão no mundo civil, nomeadamente no I Governo provisório? Sim. O Primeiro-Ministro Adelino da Palma Carlos e ministros influentes, em particular do Partido Popular Democrático, liderado por Francisco Sá Carneiro, defendiam a antecipação da eleição presidencial para antes da Constituinte, para reforçar o papel liderante do Presidente e conter as dinâmicas revolucionárias em esboço.

Quando se deu a consumação do afrontamento aberto, prenunciado pelo Verão de 1974, em 28 de setembro de 1974, na rua, e em 30 de setembro, em Belém, com a renúncia do Presidente António de Spínola, invocando a radicalização revolucionária que rejeitava.

Entretanto, ainda antes dessa primeira rutura, o Presidente António de Spínola tinha deixado definitivo algum passo que, ele próprio, constituísse uma aceleração no processo revolucionário? Sim. A 27 de julho de 1974, porventura para tentar manter equilíbrio já instável, reconheceu, a título definitivo, o pleno direito à autodeterminação e independência das províncias ultramarinas ou colónias, sem a generalidade e a ambiguidade ajustada na versão lida do programa do MFA, na noite de 25 de Abril.

Com o 30 de setembro de 1974, desapareceu a influência de António de Spínola no mundo militar e civil? Não. Prosseguiu no mundo militar com apoiantes, concorrentes e eleitos em vários Conselhos das Armas. E no mundo civil, no relacionamento com o que viria a ser a frente ampla, que Mário Soares iria liderar, ao longo de 1975, indo do seu partido à direita. Frente que dá um primeiro sinal, encabeçado pelo Partido Socialista, na saída do Movimento Democrático Português, contestando o seu papel unitário, ainda em 1974.

Quando se deu, então, o confronto que assinalou o efetivo desaparecimento de António de Spínola do processo revolucionário português? No dia 11 de março de 1975, ao ser, antecipadamente, detetada e controlada a sua movimentação militar, embora limitada e consumada à sua partida para o estrangeiro, onde continuou ativo, com apoiantes dentro do território e também em movimentos como o MDLP (Movimento Democrático de Libertação de Portugal) e o ELP (Exército de Libertação de Portugal), mas já sem presença física em Portugal na fase seguinte e mais agitada da Revolução.

Qual foi a consequência desse 11 de março no MFA e, em geral, no universo militar? Abriu o caminho, logo na própria noite e dias posteriores, a um fluxo revolucionário muito mais intenso, com a extinção da Junta de Salvação Nacional e do Conselho de Estado, a criação do Conselho da Revolução, órgão central no poder militar e político nacional. Obrigou, ainda, à perda de poder do setor militar spinolista, que integraria a frente ampla que, meses mais tarde, seria uma das três componentes, a mais moderada, do processo revolucionário.

E qual foi o efeito no universo civil? Fortaleceu o Partido Comunista Português, o Movimento Democrático Português e, em geral, os partidos e movimentos à esquerda do Partido Socialista, inclusive os sociais, já reforçados pela aprovação da lei consagrando a existência de uma só confederação sindical, herdeira da intersindical criada no termo da ditadura. Enfraqueceu os demais partidos, que passaram a ver na eleição da Constituinte o único modo de travar o ascenso revolucionário, ou seja, de travar a Revolução.

E como foi decidido pelos militares triunfantes avançar com a eleição da Assembleia Constituinte? Essa eleição encontrava-se marcada para março e acabou por vencer, na noite de 11 de março, a sua realização, mas adiada para 25 de abril, por um papel relevante do Presidente Francisco Costa Gomes, que substituíra António de Spínola, no final de 1974, particularmente atento ao compromisso interno e ao clima internacional.

No entanto, foi exigido, como condição para a realização das eleições, que os partidos assinassem um pacto com o MFA, que acabou por prever um sistema de governo de forte dominância militar, com um Presidente da República/Presidente do Conselho da Revolução, Conselho da Revolução com poderes exclusivos sobre defesa e Forças Armadas, de decisão quanto ao controlo da constitucionalidade e, ainda, com um como que direito de veto seu sobre o Primeiro-Ministro e ministros de pastas-chave, e não apenas uma Câmara parlamentar eleita pelo povo, mas duas, com outra Assembleia do MFA, constituída por militares, com poderes de acompanhamento da primeira.

Como aceitaram os partidos, do Partido Comunista Português ao CDS — que não votaria depois a Constituição, numa versão bem diversa da atual —, este pacto? Provavelmente, aceitaram para alguns com adesão e para outros como último recurso para haver eleições e na expectativa de o mudarem, mal a Revolução conhecesse travagem ou reversão — é esta a minha suposição, já que fui, com Emídio Guerreiro, um dos dois únicos presidentes distritais do meu partido, a votar internamente contra o pacto.

Uma vez eleita a Assembleia Constituinte, a Revolução ainda continuaria o seu fluxo e até quando e com que reflexos fora e dentro da Constituinte? Continuou até ao fim do verão de 1975 e, nos meses de setembro e outubro, já em refluxo, mas, talvez por isso, muito agitada, mais agitada tal como o rebojo no mar, logo após a maré cheia.

Militar e civilmente, com três setores cada vez mais distintos: militarmente, o liderado por Otelo Saraiva de Carvalho e apoiado em partidos e formações de esquerda mais radical; o segundo, centrado na área comunista, tendo em Vasco Gonçalves símbolo, sobretudo enquanto Primeiro-Ministro; e o terceiro, traduzido, no plano militar, no Documento dos Nove, e, no civil, na frente liderada por Mário Soares e o Partido Socialista, integrando o Partido Popular Democrático, o Centro Democrático Social, demais forças à direita e aliados maoístas.

Na sociedade, conflitualidades, com afloramentos de violência política, com assaltos a sedes ora de partidos à esquerda, ora de partidos à direita, e mesmo violência física, com mortes pontuais à esquerda, atribuídas a movimentos de direita clandestinos, e à direita, atribuídos a setores de esquerda radical. E, claro, o estado de manifestação constante, envolvendo, de um lado, a decisiva manifestação da Fonte Luminosa, aglutinando a frente atrás mencionada, e, do outro, o cerco laboral e político à Constituinte, onde uns tentavam prolongar a Revolução, aceitando como melhor aquela quase Constituição, e outros travar a Revolução, congelando aquela quase Constituição, na expectativa de a reformularem no termo do refluxo revolucionário, tendo muitos destes últimos partido para o Porto para garantir, se necessário, o funcionamento da Constituinte até ao fim.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, Excelências: Perdoem-me tão longa narrativa, que quis o mais objetiva possível, sabendo sempre subjetiva, mas milhões de portugueses com menos de 60 anos não têm memória praticamente nenhuma da Revolução.

E, é volvido o evocado, que se vive o 25 de Novembro de 1975. Em si mesmo, vitória do Grupo dos Nove sobre os dois outros setores militares que, aliás, se haviam, várias vezes, entre si afastado, supervisionada pelo Presidente Francisco Costa Gomes, que, sob a influência dos Nove, substituíra os comandos das regiões militares de Lisboa e do Porto com Vasco Lourenço e Pires Veloso, chamara, no dia 25, para Belém o Comandante do COPCON e teria decisiva conversa com o Secretário-Geral do Partido Comunista Português.

Na vitória militar conjugaram-se vários fatores e unidades, aliás, mais tarde condecoradas todas elas pelo Presidente Eanes e com particular relevo a Unidade dos Comandos, mas também personalidades, que compuseram e apoiaram o Grupo dos Nove, nelas avultando, estrategicamente, Ernesto Melo Antunes, operacionalmente, António Ramalho Eanes e, na execução, Jaime Neves. Todos eles reconhecidos pela democracia, este último condecorado pelo Presidente Mário Soares e pelo atual Presidente da República.

António Ramalho Eanes assumiria, então, naturalmente a Chefia do Estado-Maior do Exército e seria o candidato presidencial eleito em meados de 1976. No plano civil, Mário Soares culminaria a liderança frentista no ano de 1975, sendo certo que, integrando outras áreas partidárias, já com Francisco Sá Carneiro regressado no final de setembro, após uma ausência por doença, praticamente, durante esse ano todo, Diogo Freitas do Amaral, sempre no CDS, e outras sensibilidades de centro-direita e de direita moderada e radical solidárias, todos vindo como resultado lógico do 25 de Novembro, a renegociação de nova plataforma de acordo constitucional MFA/Partidos.

E, aqui, não há como esquecer dois discursos históricos da Constituinte: um de Mário Sottomayor Cardia, o primeiro a exigir essa revisão, e o segundo de Sophia de Mello Breyner, a primeira a poder invocar a sua autoridade moral relativamente à liberdade e à democracia no nosso País.

Nem toda essa frente desejava o mesmo epílogo do 25 de Novembro. Francisco Sá Carneiro aceitaria, com reticências, em dezembro, a pedido dos Nove, manter a coligação tripartida em funções, no quadro do novo pacto MFA/Partidos. Já a direita civil e militar mais marcada ou radical perderia a sua reivindicação de ilegalização do Partido Comunista Português, afastada perentoriamente por Ernesto Melo Antunes, que atacara, aliás, dias antes, a radicalização deste partido nas vésperas do 25 de Novembro.

Ernesto Melo Antunes foi reconhecido, uma vez mais, recentemente, pelo Presidente António Ramalho Eanes, como o principal estratega do 25 de Abril e também decisivo em 25 de Novembro.

Como efeitos imediatos do 25 de Novembro, sobressaem, por um lado, a conclusão do refluxo revolucionário iniciado no fim do verão desse ano, e, nessa medida, o termo da Revolução e, por outro, a aceleração do segundo pacto MFA/Partidos, que não altera substancialmente a Constituição económica e social, que vigoraria de forma muito semelhante ao primeiro pacto até à revisão constitucional de 1989, mas que moderaria, apreciavelmente, a Constituição política, mantendo, até 1982, a tutela militar, mas com reforço apreciável da componente eleitoral do sistema de governo, em especial extinguindo a Câmara parlamentar representativa do Movimento das Forças Armadas.

Quer o que fica dito significar que a democracia política eleitoral plena fica definitivamente consagrada em 25 de novembro de 1975? Não. Apenas sete anos depois com a primeira revisão da Constituição.

Quer, ao menos, dizer que se dão passos importantes relativamente à fase de maior fluxo da Revolução? Sem dúvida, sem dúvida!

Pode afirmar-se que, com o 25 de Abril de 1974, começa a liberdade e, em 25 de Novembro de 1975, a democracia? É mais rigoroso dizer que, a 25 de Abril de 1974, se abre um caminho, complexo e demorado, porque atravessou a Revolução, e, depois, a transição constitucional de sete anos, para a liberdade e a democracia, e que, a 25 de Novembro de 1975, se dá um passo muito importante no caminho dessas liberdade e democracia.

O primeiro, o 25 de Abril de 1974, foi não só o primeiro, como o mais marcante em termos históricos: em termos de fim do ciclo imperial de cinco séculos, em termos de fim da ditadura de meio século, em termos de configuração primeira do sistema de partidos, definição do sistema eleitoral e dos parceiros sociais. Sem ele, no momento em que ocorreu, não haveria 25 de Novembro de 1975, nem o que este significou de cenário vencedor dos vários cenários que cabiam na unidade feita de diversidades que foi o 25 de Abril.

O segundo, o 25 de Novembro de 1975, foi muito significativo, porque, sem ele, no tempo em que existiu e tal como se processou, o refluxo revolucionário teria sido mais demorado, mais agitado e mais conflitual, e, para alguns, poderia mesmo provocar uma guerra civil. Assim não aconteceu, não houve guerra civil.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, Excelências: Eis por que razão não existe contradição entre o 25 de Abril, como há décadas é assinalado, enquanto data maior, porque representou um virar de página historicamente mais profundo, no império, na ditadura e como primeiro passo de abertura para a liberdade e para a democracia, e o evocar o 25 de Novembro de 1975, como, aliás, as Forças Armadas celebraram ininterruptamente até 1988, sendo Presidentes António Ramalho Eanes e Mário Soares. Depois, sucessivos Presidentes da República várias vezes evocaram, inclusive o atual, e junta-se hoje o acento parlamentar, sublinhando o contributo para a passagem da revolução já no seu refluxo para a primeira versão, transitória, da Constituição da República Portuguesa.

A história é feita destas conjugações entre o mais vasto e abrangente e o que lhe dá expressão específica, mesmo que não definitiva, um ano e meio volvidos. E as conjunturas vão reinventando leituras variadas de

conjugações, sabendo todos nós que não há fim da história. Ela reescreve-se, dia após dia, tal como se constrói, dia após dia.

Assim, a construção e a sua reescrita correspondam ao efetivamente vivido e queiram dizer: mais liberdade, mais democracia, mais democracia política, económica, social e cultural. Mais portugalidade com passado, mas também com futuro. Por isso aqui estamos hoje reunidos.

Viva a liberdade! Viva a democracia! Viva Portugal!

Aplausos do PSD, do PS, da IL, do CDS-PP e do PAN, de pé, e do CH.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, declaro encerrada a sessão.

Vamos ouvir o hino nacional.

Eram 13 horas e 34 minutos.

A Banda da Guarda Nacional Republicana executou, de novo, o hino nacional, que foi cantado e aplaudido, de pé, pelos presentes.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.